



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Planejamento  
e Gestão

**IPECE**

**Informe**

Nº 111 – Junho de 2017

**O *Dilema* Inflação e Desemprego  
Revisitado: Análise Recente do  
Mercado de Trabalho Cearense**

**ipece** INSTITUTO  
DE PESQUISA  
E ESTRATÉGIA  
DO CEARÁ

## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana - Governador

Maria Izolda Cela - Vice Governadora

### SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Francisco de Queiroz Maia Júnior - Secretário

### INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto - Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes - Diretor de Estudos Econômicos

#### IPECE Informe - Nº 108 - Maio de 2017

#### Elaboração

**Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas)**

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

#### Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

#### Valores

Ética e transparência;

Autonomia técnica;

Rigor científico;

Competência e comprometimento profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

#### Visão

Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Cambeba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 - Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

## Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

### Nesta Edição

*Neste informe, são descritos os impactos da política econômica nacional no comportamento dos preços locais e no Mercado de Trabalho do Ceará a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*

*Mais especificamente, analisa-se um conjunto de variáveis a partir do primeiro trimestre de 2012, quando teve início a pesquisa da PNADC, bem como um dos maiores dilemas que se defrontam os formuladores de política econômica: o trade-off que envolve redução de uma Inflação persistente e aumento da Taxa de Desemprego (TD).*

*Particularmente, destaca-se o papel do fluxo da Força de Trabalho vir a influenciar o gap entre a Taxa de Atividade nacional e a do Ceará na medida em que a Oferta de Trabalho Efetiva é ajustada de acordo com o Ciclo de Negócios.*

*O documento também discorre sobre o número de anos-ponto de excesso de desemprego necessário para redução da inflação e a Subutilização da Força de Trabalho do Ceará.*

## 1. Overview da Oferta de Potencial Trabalhadores no Estado do Ceará

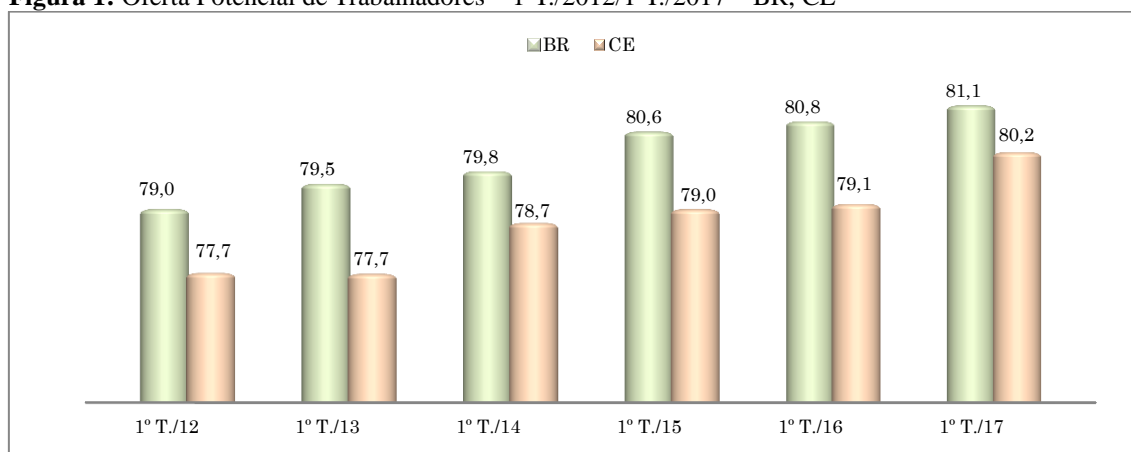
O objetivo deste documento é descrever os impactos da política econômica nacional no comportamento dos preços locais e no Mercado de Trabalho do Ceará a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mais especificamente, será analisado um conjunto de variáveis a partir do primeiro trimestre de 2012, quando teve início a pesquisa da PNADC, bem como um dos maiores dilemas com o qual se defrontam os formuladores de política econômica: o *trade-off* que envolve a redução de uma Inflação persistente e o aumento da Taxa de Desemprego (TD).

Embora o quadro econômico atual seja caracterizado pelo longo período recessivo que assola a economia nacional, existem evidências que componentes da dinâmica demográfica e fatores eminentemente do Mercado de Trabalho do Estado contribuam para uma maior exacerbação do número de desocupados no Ceará.

De acordo com a Figura 1, a Oferta Potencial de Trabalhadores do Estado evidencia que o Ceará ainda encontra-se na etapa do Bônus Demográfico<sup>1</sup> na medida em que a População em Idade de Trabalhar (PIT), população acima de 14 anos, expande-se mais velozmente que a População Total (PT). As estimativas do IBGE mostram que esse processo também ocorre no Brasil, tendo o Ceará a percorrer uma fase maior desse processo.

**Figura 1:** Oferta Potencial de Trabalhadores – 1ºT./2012/1ºT./2017 – BR, CE



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

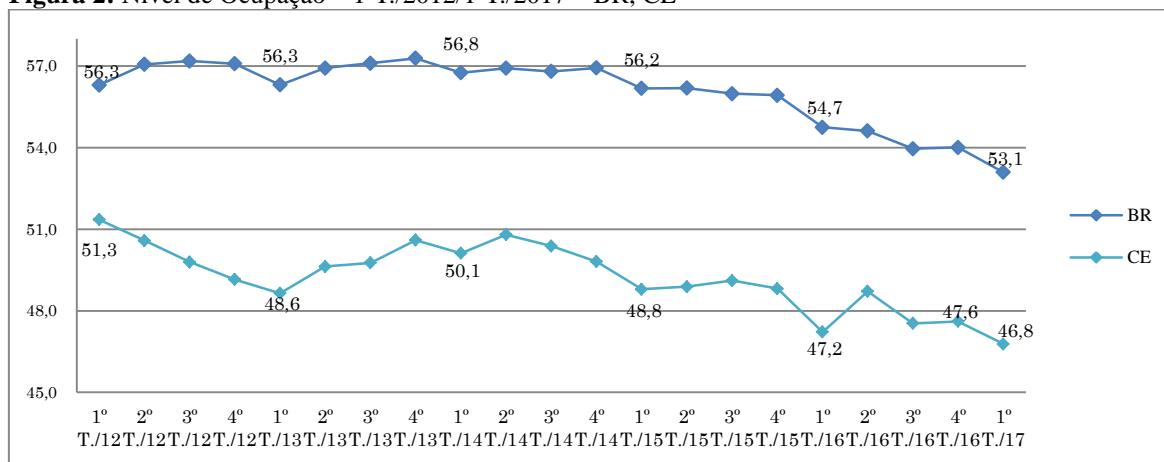
De fato, do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2017 a PIT do Ceará evoluiu de 77,7% para 80,2%, enquanto que do primeiro trimestre de 2016 ao primeiro de 2017 a expansão foi de 79,1% para o 80,2% (crescimento de 2,5 pontos percentuais (p.p.) e

<sup>1</sup> Ao final do documento um glossário com todos os termos técnicos utilizados ao longo do texto no que concerne ao Mercado de Trabalho são discorridos detalhadamente.

1,1 ponto percentual (p.p.), respectivamente). Adicionalmente, destaca-se que neste primeiro trimestre de 2017 a Oferta Potencial de trabalhadores nacionais esteve 0,9 p.p. acima do Ceará (portanto, quase 1 ponto percentual acima do Estado).

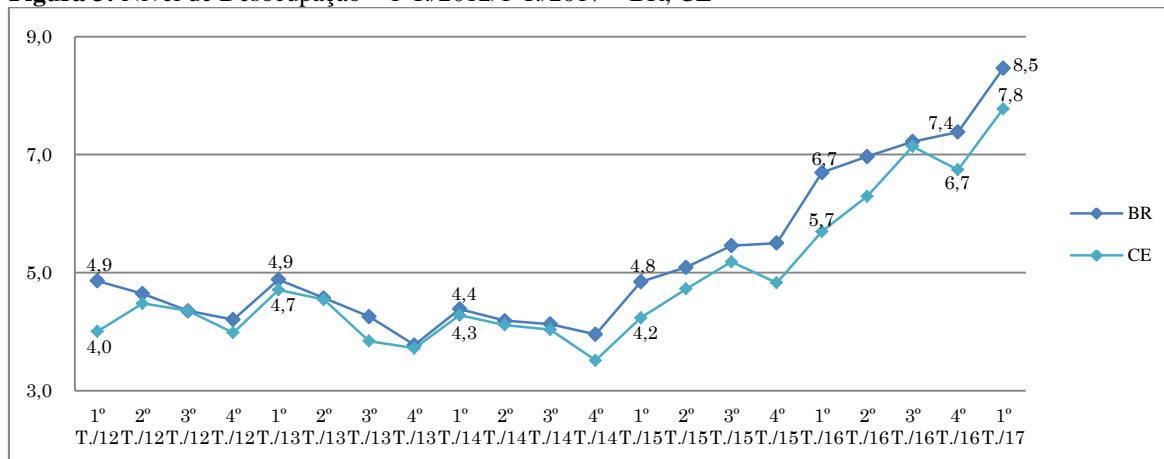
Por sua vez, a Figura 2 mostra o Nível de Ocupação (NO) do Ceará, enquanto a Figura 3 apresenta o Nível de Desocupação (ND), ambos a partir de um comparativo com o Brasil. Tanto o NO como o ND são medidos com base na População em Idade de Trabalhar, de acordo com o critério adotado pelo IBGE, com base nas recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

**Figura 2:** Nível de Ocupação – 1ºT./2012/1ºT./2017 – BR, CE



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

**Figura 3:** Nível de Desocupação – 1ºT./2012/1ºT./2017 – BR, CE



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

Aqui cabe destacar que o Nível de Ocupação do Ceará foi reduzido em 0,4 p.p. do 1ºT de 2016 para o 1ºT de 2017, enquanto nesse mesmo período o Nível de Desocupação aumentou 1,1 p.p. (ver novamente Figuras 4 e 5, acima). Portanto, o aumento dos desocupados a partir da População em Idade de Trabalhar (PIT) do Estado foi de 1,5

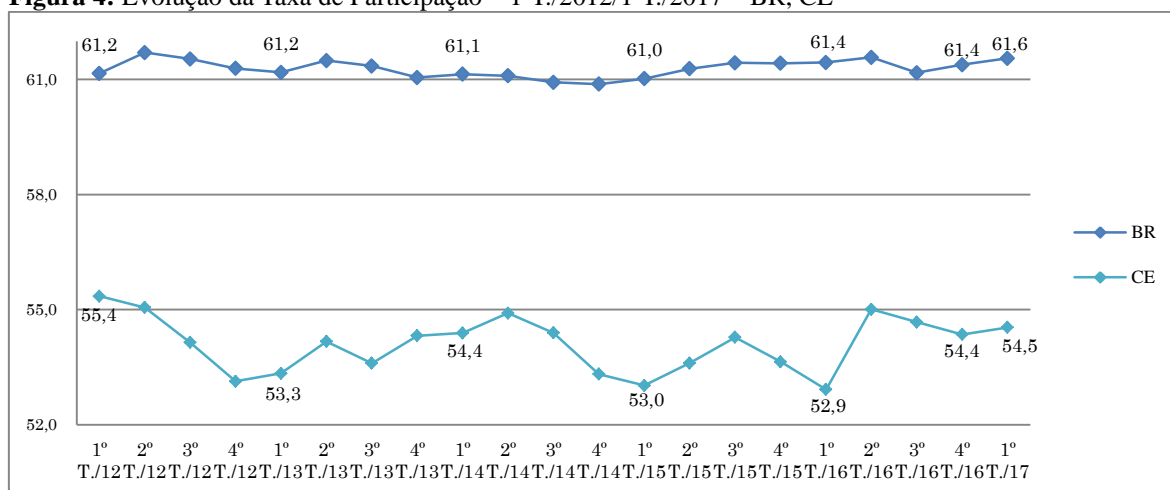
pontos percentuais no intervalo de 1 ano (primeiro trimestre de 2016 ao primeiro trimestre de 2017).

## 2. Força de Trabalho e Oferta Efetiva de Trabalho no Ceará

A Figura 4 apresenta a evolução da Taxa de Participação (TP), também denominada de Taxa de Atividade, indicador que mede a Efetiva Oferta de Trabalhadores em relação ao contingente populacional que estar apta a trabalhar – razão entre a Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalhar (PIT).

A Figura 4 tem três características importantes. Em primeiro lugar, a atividade do Brasil varia de forma marginal ao longo da série histórica, mantendo-se praticamente estável desde o primeiro trimestre de 2012 (61,2%) ao primeiro trimestre de 2017 (61,6%).

**Figura 4:** Evolução da Taxa de Participação – 1ºT./2012/1ºT./2017 – BR, CE



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

No Ceará, oscilações também marginais têm provocado leves alterações na Taxa de Atividade. De forma mais específica, do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2017 essa taxa no Ceará variou de 55,4% para 54,5% (queda de 0,9 p.p.), enquanto que no intervalo de um ano – 1ºT de 2016 ao 1ºT de 2017 – saltou de 52,9% para 54,5% (elevação de 1,6 pontos percentuais); ou seja, crescimento muito semelhante aos 1,5 pontos percentuais do aumento de desocupados. A pequena diferença de 0,1 ponto percentual pode ser atribuída ao fluxo migratório.

Assim, embora a destruição de empregos tenha elevado o número de desempregados houve também no mesmo período uma maior intensidade de procura por empregos, elevando, dessa maneira, a Taxa de Atividade. A maior atividade cearense, portanto, é uma resultante de dois fatores: i) destruição de empregos que reduziu o número de ocupados (0,4 p.p.); ii) maior fluxo de pessoas desocupadas a procura por emprego (1,1 p.p.). Este último caso é

consequência da maior Oferta Potencial de Trabalhadores por conta do Bônus Demográfico, como já visto acima.

Finalmente, destaca-se a existência de um *gap* entre a atividade nacional e a do Ceará. Neste primeiro trimestre de 2017, essa diferença encontrava-se em 7,1 p.p. Embora seja mais alta que no início da série histórica, ela se reduziu substancialmente com relação ao primeiro trimestre de 2016, quando a diferença se situava em 8,5 p.p.

Dos 7,1 p.p., desconta-se 0,9 p.p. em razão da maior Oferta Potencial de Trabalhadores nacionais, já que o país atravessa mais rapidamente a fase do Bônus Demográfico. Os restantes 6,2 pontos percentuais do diferencial podem ser explicados por questões relacionadas às especificidades do Mercado de Trabalho cearense.

De fato, benefícios assistenciais e previdenciários aliados a um menor custo de vida local pode estimular trabalhadores a deixar a Força de Trabalho contribuindo para uma menor Taxa de Participação do Estado. Adicionalmente, algumas pessoas podem se retirar da Força de Trabalho para se dedicarem com mais afinco aos estudos ou mesmo algum tipo de treinamento técnico profissional. É possível também, como será visto adiante, que esse contingente de trabalhadores esteja ocupado em subempregos, exercendo algum tipo de trabalho precário e não exercendo atividades de busca por emprego, sendo, portanto, não classificado na Força de Trabalho.

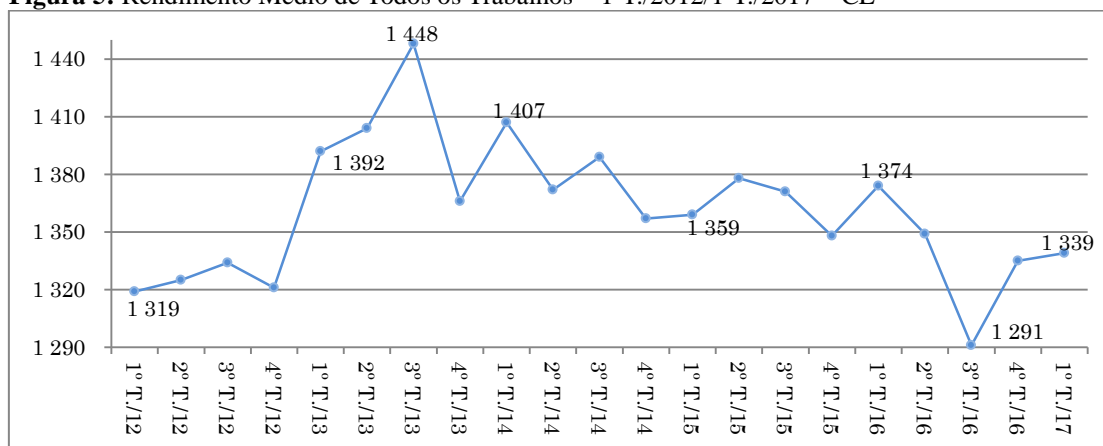
### **3. Revisando a Teoria: Fluxo da Força de Trabalho e Ciclo de Negócios**

O fluxo da Força de Trabalho pode vir a influenciar o *gap* entre a Taxa de Atividade nacional e a do Ceará na medida em que a Oferta de Trabalho Efetiva seja ajustada de acordo com o Ciclo de Negócios. Embora em um ambiente recessivo outros trabalhadores saiam da condição de não atividade para a condição de atividade como forma de compensar a queda da renda familiar daqueles que perderam emprego, a tendência é que em um Mercado de Trabalho deprimido, desempregados que estão na Força de Trabalho desistam de procurar emprego se retirando da Força de Trabalho.

Nesse primeiro caso, trabalhadores fora do Mercado de Trabalho tendem a ser incorporados na Força de Trabalho seguindo uma tendência contracíclica na medida em que eles se deslocam na direção oposta ao Ciclo de Negócios. O Efeito do trabalhador adicional na Taxa de Atividade é denominado na literatura econômica de *added worker effect* (Efeito do Trabalhador Adicional).

A Figura 5 mostra que o rendimento médio real de todos os trabalhos na semana de referência vem caindo sistematicamente, principalmente a partir do primeiro trimestre de 2016, o que sugere a possibilidade de maior fluxo na Força de Trabalho de trabalhadores secundários.

**Figura 5:** Rendimento Médio de Todos os Trabalhos – 1ºT./2012/1ºT./2017 – CE



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

Por outro lado, tanto na literatura como nas bases de dados de fluxos de trabalhadores, têm-se observado desempregados que são classificados como trabalhadores desalentados ou “em desalento”. Os teóricos de *labor market* denominam essa resultante como Efeito do Trabalhador Desencorajado, ocasionada pelas Flutuações Econômicas. Neste caso, a Taxa de Atividade apresenta uma tendência pró-cíclica na medida em que aumenta nos momentos de *boom* e se reduz nas recessões econômicas. De fato, como a busca por emprego envolve custos de diversos tipos, muitos desempregados se retiram da Força de Trabalho esperando o fim da recessão.

Na PNADC existe uma medida que amplia o conceito de Força de Trabalho a partir do contingente de pessoas que estão Fora da Força de Trabalho (FFT). Este tipo de indicador ao medir a Subutilização da Força de Trabalho (*labour underutilization*) apresenta uma melhor estimativa da Demanda por Trabalho em Ocupação (*employment*). No caso, a *labour underutilization* refere-se à parte da inadequação entre Oferta e Demanda que se traduz em necessidades insatisfeitas de ocupação na população.

Seguindo as recomendações da OIT, o IBGE argumenta que este tipo de indicador permite construir um panorama mais amplo e detalhado do impacto das transformações do cenário econômico no Mercado de Trabalho, permitindo sua melhor compreensão nas diferentes fases dos Ciclos Econômicos.

Na Subutilização da Força de Trabalho são identificados três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois integram a Força de Trabalho: i) Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas e Desocupados; a eles se somam os que integram a ii) Força de Trabalho Potencial (FTP).

As pessoas que fazem parte da Força de Trabalho Potencial estão Fora da Força de Trabalho (FFT), mas possuem um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. As pessoas Fora da Força de Trabalho (FFT) podem ser classificadas como Força de Trabalho Potencial (FTP) ou Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP).

Neste contexto, é definido um conceito mais abrangente de Força de Trabalho, definida como Força de Trabalho Ampliada (FTA), composta pela Força de Trabalho anteriormente definida e pela Força de Trabalho Potencial.

Ao conjugar esses termos, pode-se definir a Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho, um indicador mais amplo e abrangente da necessidade não satisfeita de trabalho na população. De acordo com a sua composição, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho representa o percentual da população com interesse no Mercado de Trabalho, mas que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de Oferta de Postos de Trabalho, seja em termos de Insuficiência de Horas Trabalhadas.

Assim, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho ao incluir os trabalhadores desencorajados permite também mensurar o que a literatura classifica como “Desemprego Oculto”, dando uma maior amplitude do impacto do Desemprego durante as recessões mais severas ao longo dos Ciclos de Negócios. De acordo com a OIT, é recomendada a adoção desse tipo de indicador visando fornecer um quadro mais completo da Subutilização da Força de Trabalho.

#### **4. Movimentos do Desemprego, Recessão Econômica e o Inexorável *Trade-off* Inflação e Desemprego**

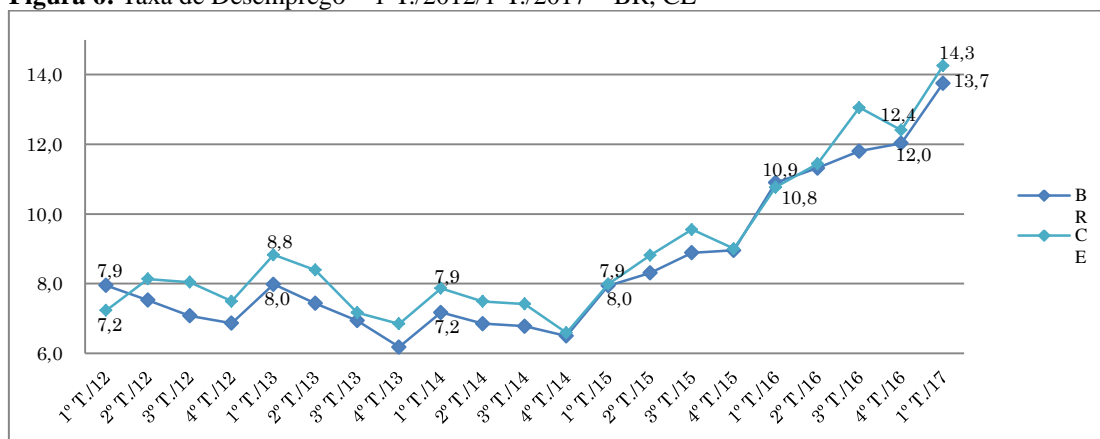
A Figura 6 apresenta a Taxa de Desemprego (TD), também denominada de Taxa de Desocupação. É um indicador que mede uma pressão direta sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho, que procuraram trabalho e estão disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

O Desemprego é resultante de aspectos estruturais, friccionais e até mesmo sazonais, mas também é reflexo do quadro conjuntural da economia, como no período atual, no qual a economia nacional vivencia um dos períodos de maior recessão de sua história econômica.



A Figura 6 revela uma elevação do desemprego na virada do 4ºT de 2014 para o 1ºT de 2015, embora indicadores de queda da atividade econômica já dessem sinais do surgimento de uma recessão no segundo trimestre de 2014, de acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), da Fundação Getúlio Vargas.

**Figura 6:** Taxa de Desemprego – 1ºT./2012/1ºT./2017 – BR, CE



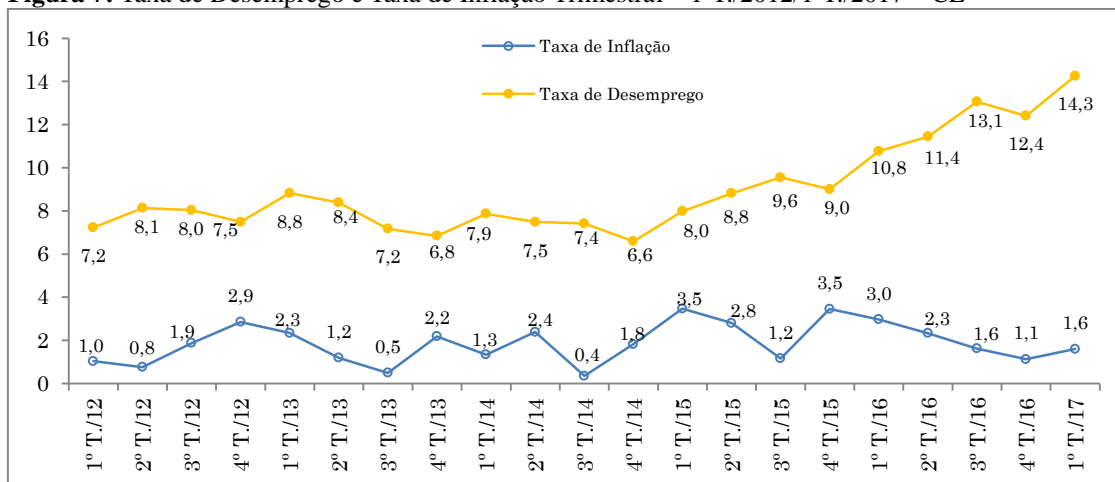
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

É comum haver defasagens de um ou dois trimestres entre a queda da atividade econômica e a elevação do desemprego em razão da existência de custos de demissão e treinamento de novos empregados. Por conta disso, mesmo diante de um quadro recessivo as empresas relutam em demitir, reduzindo, inicialmente, o ritmo de produção ou optando pela suspensão temporária do contrato de trabalho via *lay-off*.

Não obstante duas inflexões, uma na passagem do terceiro trimestre de 2015 para o quarto trimestre 2015, e outra do terceiro trimestre de 2016 para o quarto trimestre de 2016, ambas por fatores sazonais; a Taxa de Desocupação do Ceará saltou em dois anos de 7,9% para 14,3% (1ºT de 2015 ao 1ºT de 2017).

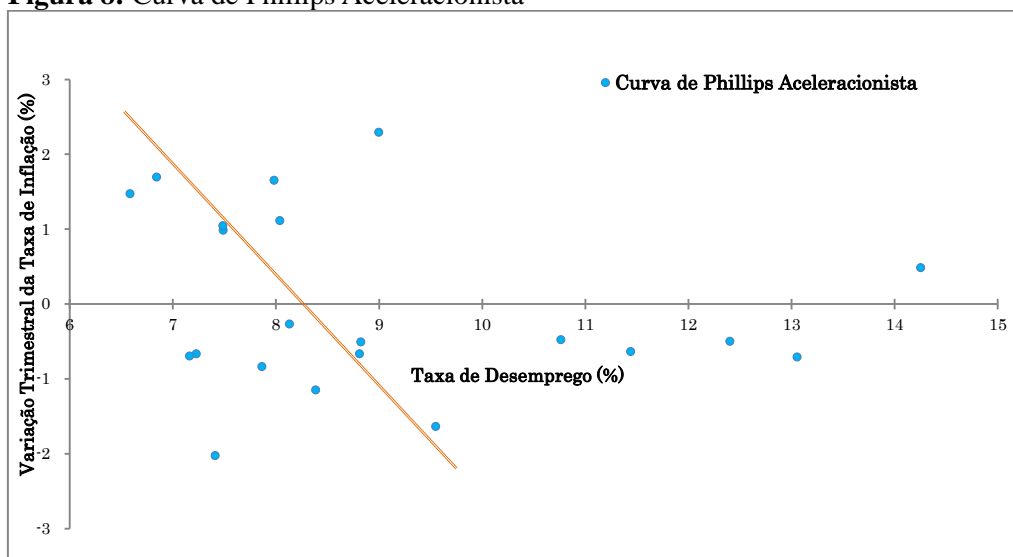
As Figuras 7 e 8 apresentam, empiricamente, o que a teoria econômica denomina de Razão de Sacrifício, ou número de anos-ponto de excesso de desemprego necessário para redução da inflação.

**Figura 7:** Taxa de Desemprego e Taxa de Inflação Trimestral – 1ºT./2012/1ºT./2017 – CE



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

**Figura 8:** Curva de Phillips Aceleracionista



Fonte: Elaboração Própria.

A Figura 7 mostra que a partir do terceiro trimestre 2014 a elevação da Taxa de Inflação parece ter reorientado os formuladores de política econômica na condução da Política Monetária.

De fato, como previsto pela teoria econômica, a variação da Taxa de Inflação foi obtida pela diferença entre a Taxa de Desemprego Efetiva e a Taxa Natural de Desemprego (ver Figura 8). Essas evidências mostram que estando a Taxa de Desemprego Efetiva maior do que a Taxa Natural a Taxa de Inflação diminuiu. Não obstante o excesso de desemprego efetivo acima do natural ao longo de dois anos a velocidade de desinflação obtida foi bem sucedida.

Esse resultado reflete a recuperação da credibilidade da Política Monetária bem como o comprometimento do Banco Central (BC) em ancorar as expectativas na meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Com efeito, após uma inflação de 10,67% no ano de 2015 e 6,29% em 2016 o acumulado dos últimos doze meses, até abril de 2017, registra 4,08% e, portanto, abaixo da própria meta de 4,5% perseguida pelo BC. Adicionalmente, as expectativas de inflação apuradas pela pesquisa Focus encontram-se ao redor de 4,0% para 2017, 4,4% para 2018, e em 4,25% no horizonte mais distante de 2019.

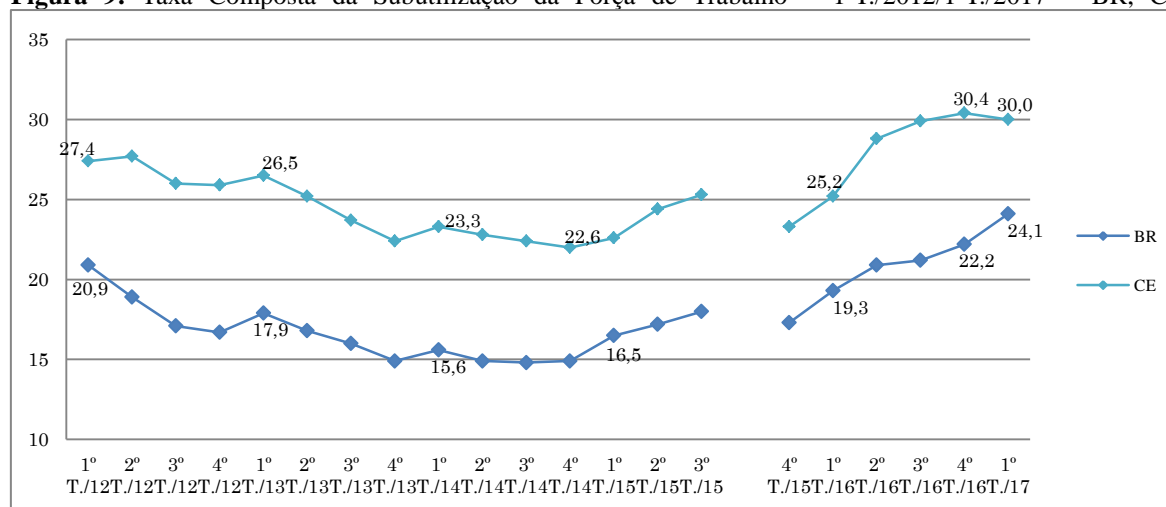
## 5. Desemprego Oculto e Precarização dos Ocupados no Ceará

Finalmente, a Figura 9<sup>2</sup> apresenta a Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho, como *proxy* para o Desemprego Oculto.

Como visto acima, o Nível de Ocupação do Ceará no primeiro trimestre de 2017 era 6,3 p.p. menor que o Nível de Ocupação do Brasil. Por outro lado, neste mesmo primeiro trimestre de 2017 existia apenas uma diferença de 0,7 p.p. entre o Nível de Desocupação (ND) entre as duas áreas. Portanto, a diferença (5,6 pontos percentuais), corresponde ao quantitativo de ocupados do Brasil com relação ao Ceará.

Como mostra a Figura 9, existe uma diferença de 5,9 pontos percentuais entre a Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho do Ceará e do Brasil, valor muito próximo aos 5,6 pontos percentuais que separa o Nível de Ocupação entre as duas áreas, o que evidencia uma parcela significativa de trabalhadores cearenses com relação ao Brasil ocupados em trabalho precário.

**Figura 9:** Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho – 1ºT./2012/1ºT./2017 – BR, CE



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

<sup>2</sup> A descontinuidade que aparece na Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho na Figura 9 é por conta de que a partir do quarto trimestre de 2015 o IBGE passou a adotar as horas habitualmente trabalhadas ao contrário das horas efetivamente trabalhadas no cálculo da insuficiência de horas trabalhadas.

## 6. Considerações Finais

O Desemprego é uma das patologias macroeconômicas mais perversas que contamina uma economia que experimenta um período depressivo, como este em que se encontra, atualmente, a economia brasileira e com claros rebatimentos nas economias locais. A Inflação é outra patologia da Macroeconomia que durante anos assolou a economia brasileira, vindo recentemente esboçar sinais de contaminação no sistema econômico.

Adicionalmente, duas quedas consecutivas do PIB nacional, assim como o baixo crescimento para 2017, revelam o quão combatida encontra-se a atividade econômica nacional. Medidas de curto prazo, como a liberação de contas inativas do FGTS, embora não devam atingir de forma imediata a geração de empregos, são medidas paliativas que visa estimular certos setores perante a depressão atual. No longo prazo, reformas estruturais, como a PEC dos gastos, são uma trava auto imposta pelo Governo de limitar os gastos públicos e evitar uma trajetória explosiva da dívida pública.

Embora a médio prazo o Mercado de Trabalho se mostre promissor em razão de uma reforma trabalhista e terceirização de atividades meio na produção, o conturbado cenário político torna incerta outras reformas estruturais – como a reforma previdenciária – e, assim, a recuperação da confiança dos agentes econômicos para a retomada do crescimento e redução do desemprego nos próximos trimestres.

Por outro lado, o ciclo de redução da taxa de juros e a ancoragem das expectativas inflacionárias dão margem para a continuidade do ciclo de baixa da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Além disso, de acordo com o Banco Central (BC), o recuo dos preços dos alimentos e a disseminação do processo de desinflação atingiram componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, o que revela boas perspectivas em termos de estabilização de preços.

## Glossário:

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC)** – Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciada em 2012 para todo território nacional. A PNADC substitui a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no que tange as estatísticas do mercado de trabalho.

**Potencial de Trabalhadores** – Razão entre a População em Idade de Trabalhar (PIT) e a População Total (PT). Pode também ser denominada de Oferta Potencial de Trabalhadores.

**População Total (PT)** – População residente.

**População em Idade de Trabalhar (PIT)** – Pessoas de 14 anos ou mais na data de referência.

**Taxa de Participação (TP)** – A TP representa a razão entre a Força de Trabalho (FT) com relação à População em Idade de Trabalhar (PIT). A Taxa de Participação pode também ser denominada de Taxa de Atividade (TA).

**Força de Trabalho** – Pessoas Ocupadas + Pessoas Desocupadas na semana de referência.

**Pessoas Ocupadas** – São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se também como ocupadas aquelas temporariamente afastadas de trabalho remunerado que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a 4 meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a 4 meses.

**Pessoas Desocupadas** – São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

**Bônus Demográfico** – Situação na qual a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Nesta situação, há um grande contingente da população em idade produtiva (População em Idade de Trabalhar) e um menor número de idosos e crianças, que estão fora do mercado de trabalho. O Brasil encontra-se na fase final do seu bônus demográfico em razão da redução da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida. As estimativas para o encerramento do bônus demográfico brasileiro é por volta de 2024.

**Fora da Força de Trabalho (FFT)** – Força de Trabalho Potencial (FTP) + Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP).

**Força de Trabalho Potencial (FTP)** – Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Esse contingente é formado por dois grupos: i) Pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; ii) Pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência. Assim, a Força de Trabalho Potencial inclui além dos trabalhadores desalentados as pessoas que começaram a procurar trabalho para começar num futuro, tais como: i) estudantes que buscam trabalho com a intensão de começar a trabalhar quando terminarem os estudos; ii) pessoas que estão com algum impedimento, como por exemplo: saúde, gravidez etc.

**Força de Trabalho Ampliada (FTA)** – Força de Trabalho (FT) + Força de Trabalho Potencial (FTP), na semana de referência.

**Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho** – É dada pela relação do Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas adicionados aos Desocupados e a Força de Trabalho Potencial sobre a Força de Trabalho Ampliada. É um indicador geral da necessidade não satisfeita de trabalho na população. Nesses termos, representa o percentual da população com interesse no mercado de trabalho que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de Oferta de Postos de Trabalho, seja em termos de Insuficiência de Horas Trabalhadas.

**Pessoas Subocupadas por Insuficiência de Horas Trabalhadas** – Pessoas de 14 anos ou mais de idade que na semana de referência: i) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único ou no conjunto de todos os seus trabalhos; ii) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; iii) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.